

Notícias Africanas

Dez pessoas mortas num ataque em zonas rurais do Kwazulu-Natal

A normalidade possível

PÚBLICO, 10.5.95

Jorge Heitor

A África do Sul, país de múltiplos contrastes, vive hoje em dia a normalidade possível para quem desde o século passado se encontra dilacerado por profundos conflitos, entre brancos e negros, entre ingleses e boers, entre zulus e outras etnias bantas. As dez mortes ontem anunciadas no Kwazulu-Natal podem indicar o fim da lua-de-mel iniciada há um ano, quando Mandela tomou posse como Presidente da República.

A conclusão de uma reportagem de três semanas efectuada pelo PÚBLICO na África Austral é a de que esta região do globo é decerto dominada pela personalidade de Nelson Mandela e pelo peso desmesurado que nela tem a República aqui talhada a partir do século XIX pelos interesses, ora antagónicos ora complementares, da Grã-Bretanha e do povo boer. Mas as últimas notícias, referentes a dez mortes ocorridas ontem no interior do Kwazulu-Natal, fazem temer que esteja a terminar uma espécie de lua-de-mel vivida pelos sul-africanos desde que Mandela tomou posse como Presidente, há um ano.

Do Zaire, da Zâmbia, do Zimbabwe, de Moçambique e de outras terras, legiões de deserdados afluem à África do Sul, em busca do Eldorado; mas muitas vezes só en-

SHARON MALVERN/REUTERS



Mandela e Buthelezi: do entendimento entre eles depende grande parte da estabilidade sul-africana

contram a perseguição aos imigrantes clandestinos, as multas, o desemprego e a violência. Pois acontece que um país traumatizado por quase meio século de apartheid institucionalizado e por uma economia ainda relativamente débil mal consegue sustentar os seus 40 milhões de habitantes, quanto mais alguns milhões de estrangeiros.

As sanções impostas pela comunidade internacional para que se acabasse com a segregação racial travaram nitidamente o desenvolvimento que a República da África do Sul conheceu durante os anos 70; e agora ainda vai demorar muito tempo para que o grau de crescimento económico consiga acompanhar a

forte taxa de natalidade, que em cada 12 meses dá mais um milhão de habitantes.

Se não houver um forte planeamento familiar, no fim deste século os sul-africanos e os que a eles se juntaram serão perto de 50 milhões, num território que é vasto e rico mas que não está preparado para dar trabalho e alimentação a tanta gente.

Violência política

Os grandes problemas dos últimos meses na África do Sul têm sido o forte índice de desemprego e a delinquência normalmente gerada pelas situações de miséria, mas nestas últimas semanas voltou a surgir o perigo de se voltar à violência de carácter político que tantas vezes caracterizou o país antes de o partido Inkatha se ter resolvido a ir às eleições gerais do ano passado.

Um oficial do Exército admitiu motivações políticas para as mortes de ontem 90 quilómetros a norte da cidade de Durban, mas a polícia disse não haver grandes certezas quanto a isso. E acontece até que nem sempre é fácil distinguir entre as rivalidades partidárias e as questões pessoais, ou entre famílias.

As organizações de direitos humanos atribuem o aumento de violência na província do Kwazulu-Natal, durante os últimos dois meses, à decisão tomada pelo Inkatha, do ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, de boicotar a Assembleia Constituinte como forma de exigir a mediação internacional que lhe foi prometida para que aceitasse ir às urnas.

Continua na pág. 2

Alioune Beye foi ontem recebido por Nelson Mandela

Pretória espera quase há um ano por Savimbi

PÚBLICO, 10.5.95

A ÁFRICA DO SUL vai dar um apoio maciço à desminagem de Angola, disse ontem a António Mateus, delegado da agência Lusa em Joanesburgo, o representante especial das Nações Unidas no processo angolano, "maitre" Alioune Blondin Beye.

Mateus fez a entrevista na base militar de Waterkloof, nos arredores de Pretória, onde Beye conferenciara durante perto de uma hora com o Presidente sul-africano, Nelson Mandela, que desde meados do ano passado mantém de pé um convite para que o líder da UNITA o visite.

A deslocação será "em breve", declarou Beye ao jornalista português, com o pormenor de que a mesma ainda só não se efectuou devido a dificuldades no acerto de calendários; mas que Mandela vai ter um papel muito particular a desempenhar na destruição por completo do grande muro de desconfiança que até à semana passada existia entre o Presidente da

República angolano e o seu principal adversário.

"A África do Sul já nos permitiu até desminar várias regiões do país, graças aos dados militares que nos forneceu, aos mapas e aos equipamentos", acrescentou o representante do secretário-geral Butros Butros-Ghali.

Na véspera, o medianoiro estivera em Harare, a conferenciar com o Presidente do Zimbabwe, Robert Gabriel Mugabe, sobre o resultado da primeira de sábado, na Zâmbia, durante a qual José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi chegaram a um entendimento sobre a concretização total do Protocolo de Lusaca.

Reconciliação angolana

Entretanto, o representante da UNITA em Washington, Jardo Muekália, confirmou ao PÚBLICO que o seu partido está plenamente satisfeito com os

resultados do encontro de sábado, o primeiro que o Presidente e Savimbi tiveram a sós, durante mais de uma hora e meia.

Muekália, que poderá vir a ser convidado para uma das seis embaixadas que estão reservadas ao Galo Negro no Protocolo de Lusaca, reconheceu que uma das decisões da cimeira terá sido decerto "esquecer" a segunda volta das eleições presidenciais de 1992, que era teoricamente necessária, devido ao facto de nenhum dos candidatos haver garantido o mínimo de 50 por cento dos votos.

A UNITA aceita agora José Eduardo dos Santos como Presidente de facto, embora eleito com ligeiramente menos de metade dos votos expressos, e contribui assim para a normalização da vida em Angola, pois que não estariam reunidas condições para que dentro dos próximos dois anos se voltasse às urnas.

Dentro em breve, neste novo clima de unidade e de reconciliação nacional, partidários

de Savimbi estarão a administrar 30 municípios e 75 comunas, partindo-se depois para a ocupação dos governos provinciais do Uíge, da Lunda Sul e do Kuando Kubango. E mais tarde, já perto do fim do ano, deveremos ver homens da UNITA à frente dos ministérios da Geologia e Minas, do Comércio, da Saúde e da Hotelaria e Turismo.

Entretanto, os 70 deputados eleitos em 1992 pelas listas do principal partido da oposição deverão ocupar os lugares a que têm direito na Assembleia Nacional, de modo a dar mais vivacidade e pluralismo aos debates deste órgão.

Estes entendimentos, surgidos na reunião de sábado em Lusaca, deverão ser eventualmente confirmados quando, antes de Julho, segundo se espera, Jonas Savimbi se deslocar a Luanda, para a próxima "conversa em família" com o "seu Presidente", José Eduardo dos Santos. ■ J.M.

Continuação da pág. anterior

A normalidade possível

Buthelezi afirmou ainda ontem que a violência diminuirá uma vez que o ANC e o Partido Nacional aceitem convidar medianoiros internacionais para definir alguns aspectos da futura Constituição sul-africana, mormente no que diz respeito a uma maior descentralização e ao reconhecimento de uma monarquia zulu como parte integrante da República.

No entanto, o ANC, força dominante da nação, com 62 por cento dos votos, declara que só aceita recorrer à desejada mediação de figuras como Henry Kissinger depois de terminar toda a violência e de deixar de existir qualquer tipo de chantagem, como o boicote da Constituinte. E aqui entra-se num círculo vicioso.

Deus Pinheiro e a reconstrução

Para além do desemprego, da delinquência e das reivindicações do Inkatha, o Governo de Unidade Nacional

constituído em Maio de 1994 enfrenta o profundo desafio de ter de dar uma sólida base económica ao país e de colaborar na reconstrução de outros estados africanos ainda bastante subdesenvolvidos.

Amanhã à noite começa no Midrand, entre Joanesburgo e Pretória, uma reunião sobre o assunto em que participam o comissário europeu João de Deus Pinheiro e os presidentes da África do Sul, do Zimbabwe, da Zâmbia, de Moçambique e do Botswana. De modo a que o Hemisfério Norte se possa comprometer de uma forma mais clara no combate conjunto da África Austral pelo desenvolvimento e pela estabilidade política.

Só na medida em que alguns dos países da região deixem de viver na miséria é que grande parte da sua população desistirá de emigrar para a África do Sul, que é o menos pobre que conhecem e que aos olhos de alguns surge quase como que um Eldorado, apesar de todos os seus

problemas internos.

Outro aspecto a salientar na presente fase da vida sul-africana é que a grande maioria dos cinco milhões de cida-

dãos brancos, um oitavo da população total, se acomodou de forma extraordinariamente razoável à nova situação, enquadrada principalmente pelo Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e pela Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen. Entre si, essas duas formações políticas ocupam um quarto dos lugares na Assembleia Constituinte e ajudam a garantir que, pelo menos para já, os antigos senhores do país não têm muito a recear dos novos tempos, numa África do Sul presidida pelo moderado Nelson Mandela, que à sua volta tem conseguido reunir neste primeiro ano de mandato os mais variados consensos.

Grupos de extrema-direita como o AWB, de Eugène Terre'Blanche, são muito mais uma manifestação de folclore do que uma ameaça real à estabilidade política do país. Bem podem os seus chefes vociferar contra a actual ordem política, defender intransigentemente a língua africãans e proclamar que defenderão até à morte os valores herdados dos antepassados, que na altura da passagem à prática e da organização de qualquer comércio ou sessão de esclarecimento não reúnem mais do que algumas centenas de saudosistas.

O grosso da nação branca sul-africana soube escutar nos últimos anos os ventos da mudança e compreender que o melhor que teria a fazer seria procurar fórmulas de compromisso com o ANC, movimento claramente representativo da grande maioria da população e contra o qual nada se conseguirá fazer no país, pelo menos até ao fim deste século. ■

A Igreja e a guerra colonial



Nuno Teotónio Pereira

PÚBLICO, 9.5.95

Os notáveis suplementos do PÚBLICO a propósito dos 20 anos das independências e o interessante e oportuno colóquio sobre a guerra colonial levado a efeito no Museu da República e da Resistência fornecem ampla matéria de reflexão acerca do papel desempenhado pela Igreja e pelos católicos durante aquela guerra.

Esta reflexão vem mais a propósito ao ter-se conhecido a publicação pelo Episcopado católico alemão de um comunicado em que se faz uma impiedosa autocritica à atitude da Igreja perante o nazismo. É que entre nós isso não se fez, apesar de vir agora o arcebispo de Braga, que foi bispo em Moçambique e em Angola, dizer que as independências eram um direito justo. Esse mesmo bispo que se comportou como os outros no apoio explícito ou implícito à política que conduziu a uma guerra criminosa que se arrastou ao longo de 13 anos. Isso que vem dizer agora teria sido importante e útil que o tivesse dito 30 anos atrás. Política aquela que recusou sistematicamente a negociação, ao contrário do que claramente recomendavam as directivas papais.

É justamente o desprezo por essas directivas que mais choca na atitude da hierarquia católica portuguesa, tão pressurosa em acatar as recomendações vindas de Roma quando estas estavam de acordo com as suas ideias ou as suas conveniências. Paulo VI chegou a afirmar, como lema para o dia mundial da Paz de 1972: "A paz é possível; a paz é obrigatória." Os bispos portugueses, zelosos guardiões da palavra pontificia noutros casos, limitaram-se a ignorar essa directiva. Foi preciso que um grupo de cristãos nessa altura tomasse a iniciativa de uma vigília na Capela do Rato, sobre a qual se abateu a repressão pidesca, vindo a conhecer alguns dos seus participantes a prisão e os que eram funcionários públicos, como o professor Pe-

reira de Moura, a demissão compulsiva.

É verdade que houve pontuais excepções neste comportamento: a do bispo da Beira, Sebastião Soares de Resende, falecido em 1967, e a do bispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, que acabou por ser expulso de Moçambique já no final da guerra. Mas foi nas atitudes de alguns padres, e sobretudo de grupos de leigos, que a denúncia de uma guerra injusta encontrou algum eco. Refiram-se a propósito as atitudes corajosas do padre Mário de Oliveira, pároco de Macieira de Lixa, e que havia sido por alguns meses capelão militar, sendo afastado da Guiné por se opor à guerra. Essas atitudes levaram-no por duas vezes a Tribunal Plenário e à prisão. Também o padre Felicidade Alves, do alto do púlpito dos Jerónimos denunciou a guerra, perante um público de fiéis onde se encontravam altos dignitários do Estado e do Exército. Isto valeu-lhe a demissão de pároco e também o julgamento em Plenário. E ainda os missionários dos Padres de Burgos e dos Padres brancos, em Moçambique, que denunciaram os massacres perpetrados pelo Exército português em Wyriamu e noutras aldeias, exemplo seguido pelos padres da paróquia de Macuti, na Beira, que lhes valeram a prisão e a deportação.

Mas foi ao nível dos grupos de leigos católicos que o combate à guerra foi mais notório através de vários instrumentos e acções: o jornal clandestino "Direito à Informação", os "Cadernos Godoc", o "BAC" ("Boletim Anti-Colonial"), os sete cadernos sobre a guerra colonial, publicação também clandestina, onde se traçava um quadro global da política colonial portuguesa. Já em 1965, no "Manifesto dos 101", em apoio da oposição ao regime, um numeroso grupo de católicos, baseado nos princípios da encíclica "Pacem in Terris", havia denunciado a solução militar para pôr fim ao

conflito, solução essa que era contra os princípios da Igreja. As vigílias pela Paz na Igreja de São Domingos no início de 1969 e na Capela do Rato, em fins de 1971, foram os momentos altos desta luta. O poema de Sophia de Mello-Breyner "Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar" foi composto para a primeira destas vigílias e a ocupação da Capela do Rato, pela ampla repercussão pública que teve, conseguiu furar as muralhas da Censura e chegou à Assembleia Nacional, tendo-se assistido a uma acalorada discussão entre o deputado ultra Casal Ribeiro e o deputado pela ala liberal Miller Guerra.

A questão da guerra em África tinha-se tornado o problema central da sociedade portuguesa, e de tal maneira que levou ao derrube do regime no 25 de Abril. Mas o combate aos "terroristas" e a defesa da "integridade da Nação" continuavam a ter apoio entusiástico no jornal "Novidades", órgão oficial da Igreja. A forma precipitada e traumatizante como se fez a descolonização foram disso consequência. Independências negociadas antes da repressão militar poderiam ter suscitado independências pacíficas e graduais, como propuseram em vão os dirigentes dos movimentos de libertação.

A verdade é que a hierarquia católica ignorou e silenciou sistematicamente a doutrina da Igreja, numa atitude de traição que afectou decisivamente a sua credibilidade. Não basta que o arcebispo de Braga venha dizer, passados 20 anos sobre as independências, que os povos africanos tinham direito à sua emancipação. Será necessário um "mea culpa" colectivo, como o fizeram agora os bispos alemães, para recobrar essa credibilidade. Mas será que temos também de esperar 50 anos sobre os acontecimentos, quando tiverem desaparecido todos os que foram responsáveis por atitudes de cumplicidade, para ver chegar esse momento? ■

Deus Pinheiro na África do Sul

JOÃO de Deus Pinheiro, comissário europeu com o pelouro das relações com a África e os países ACP, inicia quinta-feira uma visita à África do Sul, durante a qual será formalizado um mecanismo de investimento que possibilitará empréstimos bonificados pela parte de três bancos nomeados pela UE, e que funcionarão como catalizadores na promoção de "joint ventures" entre peque-

nas e médias empresas europeias e sul-africanas. Este esquema, conforme salienta uma nota divulgada pela embaixada da União Europeia em Pretória, integra-se na política da UE de apoio ao programa de reconstrução e desenvolvimento da África do Sul. Do programa da visita de Deus Pinheiro, destaca-se ainda a participação na primeira anual regional da África Austral, que decorre de amanhã até sexta-feira. A primeira, promovida pelo Foro Económico Mundial, tem por tema "Traduzir reconciliação em reconstrução regional". ■

PÚBLICO, 9.5.95

SOARES SUGERE ESTATUTO DA OPOSIÇÃO PARA OS PALOP — O sucesso das experiências democráticas em África depende da edificação e "reconhecimento de um estatuto próprio para os partidos políticos minoritários". É uma das posições defendidas pelo Presidente da República, em entrevista publicada na edição Maio-Junho da revista "ELO-Cooperação e Desenvolvimento". Mário Soares sustenta que um estatuto para a oposição pode ser um caminho para se encontrar "saída para que os líderes políticos vencidos em eleições não percam a face, saibam que têm um futuro e que não serão eliminados". Na entrevista, citada pela agência Lusa, Soares reconhece que "a democracia não tem um caminho fácil em África" e considera que os países de língua oficial portuguesa "têm feito um esforço notável" para verem implantadas as regras democráticas". Insistiu na importância que deve ser dada ao respeito pelos direitos humanos e para a prática de tolerância relativamente aos vencidos. Soares disse desejar que essa tolerância se generalize como "bom hábito político, para que a convivência entre diferentes partidos e etnias possa desenvolver-se".

PÚBLICO, 10.5.95

RTPi NA GUINÉ

PÚBLICO, 11.5.95

A TRANSMISSÃO das emissões internacionais da Radiotelevisão Portuguesa (RTPi) na Guiné-Bissau está dependente da "clarificação" de alguns aspectos contidos no protocolo de Acordo. A revelação foi feita à agência Lusa pelo ministro da Comunicação Social da Guiné-Bissau, Hélder Proença, na sequência da deslocação de uma delegação guineense a Lisboa, para analisar a última proposta apresentada pelas autoridades portuguesas. Segundo Hélder Proença, a Guiné-Bissau aceita, "em princípio", as condições e as contrapartidas apresentadas por Portugal, faltando apenas "clarificar" alguns aspectos, nomeadamente o financiamento para a construção de um novo centro de produção de rádio.

Na proposta de protocolo adicional ao acordo de cooperação entre os dois países

no domínio da comunicação social, Portugal, ou melhor, a Radiotelevisão Portuguesa compromete-se a financiar a construção do referido centro, com uma área de cerca de 300 metros quadrados, fornecendo ainda os equipamentos técnicos necessários para a construção de um estúdio de gravação.

É aqui que surgem as divergências, argumentando os responsáveis guineenses que esse financiamento fora já acordado nos planos de cooperação para 1994 e que, como tal, esse aspecto está fora do actual âmbito negocial. Para Hélder Proença "o acordo não está em causa" mas falta definir a forma como Portugal irá suportar os encargos de mais seis horas de presença diária na televisão guineense (RTGB) já que a RTPi passará a emitir como complemento fora dos horário de emissão normal

da televisão guineense. Neste pormenor, a proposta portuguesa indica que a RTP suportará "todos os encargos" para assegurar a emissão da RTPi entre as 12h e as 18h na rede da RTGB.

Hélder Proença, por outro lado, adiantou que a Guiné-Bissau pode muito brevemente vir a ter quatro canais de televisão caso cheguem a bom termo as negociações com a França com vista à instalação na antiga colónia portuguesa de retransmissores das estações televisivas francesas TV5 e Canal France International.

Quanto à RDPi (Radiodifusão Portuguesa Internacional), o ministro guineense disse não haver quaisquer problemas — "as contrapartidas são muito boas" — e que as emissões começarão assim que for assinado o acordo, funcionando em frequência modulada (FM) 24 horas por dia. ■

Tribunal dá razão a jornalista contra o Governo

PÚBLICO, 11.5.95

O GOVERNO cabo-verdiano foi condenado a pagar dois mil contos de indemnização por danos morais ao jornalista Abílio Tolentino, para além do equivalente em salários do período em que esteve desempregado. Quadro do antigo jornal estatal "Voz di Povo", Tolentino foi na altura o único funcionário a ser despedido, não lhe tendo, ao contrário dos demais colegas, sido oferecida qualquer alternativa, a não ser uma indemnização muito abaixo do previsto na lei.

O juiz António Vera-Cruz, do Tribunal Regional de S. Vicente, considerou ainda, por aquelas e outras razões, que Abílio Tolentino foi "enxovalhado", tendo ficado bem claro durante o julgamento a má vontade das autoridades no sentido de o enquadrar numa outra estrutura.

De acordo com a referida sentença, o Governo foi ainda condenado a reintegrar Abílio Tolentino em algum órgão de comunicação do Estado ou, em alternativa, a indemnizá-lo pe-

los seus 11 anos de serviço no antigo "Voz di Povo".

A sentença que transita agora para o Supremo Tribunal de Justiça trouxe de novo à baila o processo do encerramento do antigo "Voz di Povo", ocorrido em Novembro de 1992. Mais do que um processo de reestruturação — o trisemanário foi encerrado, surgindo em seu lugar o "Novo Jornal de Cabo Verde" — a decisão foi vista como uma forma de os actuais governantes ajustarem contas com deter-

minados profissionais da imprensa.

De então para cá, a imprensa cabo-verdiana e os seus profissionais conheceram vários momentos de tensão, que culminaram no ano passado com a inclusão de Cabo Verde na lista, do Departamento de Estado norte-americano, dos países em que os jornalistas enfrentam dificuldades para poderem exercer livremente a sua profissão. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Lava avança no Fogo

A ERUPÇÃO do vulcão da ilha do Fogo, em Cabo Verde, aumentou de volume desde quinta-feira passada, segundo uma entrevista ontem concedida à Rádio Nacional de Cabo Verde pelo geógrafo Alberto da Mota Gomes, do Instituto Nacional de Educação de Cabo Verde. Em Chá das Caldeiras, a zona mais alta da ilha onde o vulcão entrou em erupção há cerca de cinco semanas, as duas frentes de lava avançam muito mais rapidamente. De quase parada, a frente em direcção a Boca Fonte tem agora uma velocidade média de quatro metros por hora, enquanto em direcção a Portela a

frente atinga os três metros por hora. Do vulcão continuam a sair fumarelas, compostas por gases tóxicos (principalmente dióxido e monóxido de carbono) que já levaram à hospitalização do motorista da Mota Gomes. De facto, ao contrário das primeiras semanas, os gases têm-se concentrado em Chá das Caldeiras, sendo este um dos aspectos que a equipa do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores que hoje chega a Cabo Verde deverá monitorizar. ■

Portugal na Unavem

O SECRETÁRIO de Estado da Cooperação, Brios e Gala, anunciou ontem, em en-

trevista à Rádio Nacional de Angola, que o batalhão britânico na missão da ONU em Angola (Unavem) deverá ser substituído por uma companhia de logística portuguesa. Segundo Brios e Gala, o aumento do contingente português na Unavem constitui prova do empenhamento de Lisboa na implementação do Protocolo de Lusaca. Sobre o recente encontro do Presi-

dente angolano, Eduardo dos Santos, com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, o secretário de Estado salientou que "o Governo português aplaudiu o evento", recordando que "havia um défice de confiança e uma ausência de condições (...) que dificultava as coisas a boa vontade das verdadeiras intenções de seguir à risca o Protocolo de Lusaca". ■

Cólera em Cabo Verde

CABO VERDE luta contra um surto de cólera que aumentou de intensidade na última semana. Há duas mil pessoas hospitalizadas, registando-se 65 mortes, diz a Lusa, citando o Governo deste país. Centenas de casos eclodiram no Tarrafal (Santiago), considerando as autoridades sanitárias que isso se deve à existência de poços de água contaminados. Estão a ser detectados 25 casos diários, indicou António Delgado, da Comissão de Luta contra a Cólera, que receia que o surto passe da ilha de Santiago para a de Maio. ■

PÚBLICO, 11.5.95

Portugal quer recuperar corpos de militares mortos em África

O GOVERNO está a desenvolver contactos diplomáticos com o objectivo de recuperar e trasladar para território nacional os restos mortais dos soldados portugueses que se encontram sepultados na Guiné, em Angola e em Moçambique, segundo disse ao EXPRESSO o chefe de Gabinete do ministro da Defesa.

Decorridas duas décadas sobre o fim das guerras coloniais, esta é a primeira vez que o poder político dá indícios de assumir o compromisso de tentar trazer para Portugal as cinzas dos militares que ficaram sepultados nas ex-colónias.

De acordo com o chefe de Gabinete de Figueiredo Lopes, tenente-coronel Carlos Chaves, o problema só foi suscitado, há cerca de seis meses, por uma carta do general Almeida Bruno, que chamava a atenção do ex-ministro Fernando Nogueira para o dever do Estado de se responsabilizar pela recuperação dos restos mortais dos militares portugueses.

Chaves diz que as trasladações «devem ser feitas de uma só vez» dos três antigos teatros de guerra para evitar ao máximo os «efeitos traumáticos» que uma operação desta natureza sempre causará. Para isso será necessário garantir o empenho e a colaboração dos Governos da Guiné, de Angola e de Moçambique.

Ex-guerrilheiro lança discussão

Este projecto, que, em 20 anos, não ocorreu a nenhum dos sucessivos Governos, parece óbvio a observadores desinteressados, como o capitão guineense Ierro Camará. Num programa transmitido pela SIC na terça-feira — da autoria do jornalista do EXPRESSO José Manuel Saraiva — aquele antigo guerrilheiro do PAIGC exprime estranheza pelo facto de o Estado português nunca ter dado sinais de interesse em recuperar as cinzas dos militares que ficaram sepultados na Guiné.

Com efeito, tudo indica que a carta de Almeida Bruno a Fernando Nogueira é a primeira iniciativa formal de sensibilização do poder político para um problema que, até há seis meses, não tinha passado de conversas informais entre os militares, designadamente na Liga dos Combatentes, na Associação de Comandos e nos Fuzileiros.

«Sempre que posso e tenho um político à mão dou-lhe uma picadela», comentou ao EXPRESSO Almeida Bruno, reconhecendo, porém,

que nem mesmo ele formalizara antes, por escrito, um apelo a qualquer dos Governos que se sucederam depois do 25 de Abril.

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Fuzeta da Ponte, declara, pelo seu lado, que está «francamente interessado em estudar este assunto», admitindo que ele talvez já devesse ter-lhe «passado pela cabeça». E o presidente da Liga dos Combatentes, general Altino de Magalhães, comunga do mesmo interesse.

Enterrados no campo de batalha

Ninguém sabe — e é «praticamente impossível vir a saber ao certo», segundo um responsável da Liga dos Combatentes — quantos militares portugueses estão sepultados nos três teatros de guerra e, muito menos, onde se encontram os restos mortais de todos eles.

«No princípio — segundo o referido responsável da Liga — muitos foram enterrados nos próprios campos de batalha», sendo praticamente impossível recuperá-los. Outros, porém, encontram-se em cemitérios — o de Bissau está em excelentes condições, mas o mesmo não sucederá pelo menos com o de Luanda. É por isso que o general Altino de Magalhães, embora empenhado na trasladação para Portugal, considera essencial que o Estado assumira a responsabilidade, obviamente por acordo com os novos países africanos, de cuidar da boa preservação desses talhões de cemitérios onde se encontram soldados portugueses.

Quanto aos que vierem a ser trasladados, não há uma ideia precisa sobre o destino a dar-lhes. Altino de Magalhães lembra, de resto, que existe no cemitério do Lumiar, em Lisboa, um talhão oferecido pela Câmara Municipal para sepultar mortos das guerras coloniais que está praticamente todo dis-

ponível por as famílias sempre terem preferido levar os seus mortos para os cemitérios das terras onde nasceram, bem como as três centenas de talhões oferecidos por vários concelhos e freguesias do país. Já o chefe de Gabinete do ministro da Defesa admite a construção de um cemitério próprio e sugere que ele fique situado perto da Batalha, onde se encontra o túmulo do Soldado Desconhecido. Mas na fase em que estamos tudo não passa, por agora, de simples hipóteses.

Vale a pena recordar que nos primeiros sete anos de conflito a esmagadora maioria dos mortos foi sepultada nos próprios territórios de guerra e que somente os corpos expressamente reclamados pelos familiares eram trasladados para Portugal. Apenas a partir de 67 o Esta-

do assumiu o compromisso de os trazer a todos.

Lista dos mortos no Bom Sucesso

Entretanto, a Liga dos Combatentes está decidida a levar por diante o seu projecto de homenagear os mais de 8500 mortos das guerras coloniais com a inscrição dos seus nomes em lugar público, estando ainda de pé duas soluções. Uma delas é a colocação de placas com a lista de todos esses nomes na muralha do Forte do Bom Sucesso junto do Monumento aos Combatentes; a outra é a elaboração de um livro de honra que ficaria disponível para consulta pública no futuro Museu do Combatente, a construir no interior do mesmo forte. A favor desta segunda hipótese pesa o facto de a primeira suscitar problemas de ordem estética e arquitectónica, para além da vulnerabilidade a actos de vandalismo, como os que infelizmente ocorrem com frequência noutros monumentos e edifícios nacionais.

Savimbi mais vice

EXPRESSO, 13.5.95

O AMBIENTE de optimismo gerado pelo encontro entre Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos poderá ter criado condições para alterações constitucionais visando a criação do cargo de vice-presidente (a ser ocupado pelo líder da UNITA) se forem cumpridos os compromissos decorrentes do Protocolo de Lusaca.

José Eduardo dos Santos será o Presidente de «todos os angolanos» até 1999. Depois do comunicado da Casa Branca felicitando os dois políticos pelos resultados alcançados em Lusaca e da generalidade dos observadores terem dito que foi dado um importante passo em frente para a resolução do problema angolano, também o Conselho de Segurança das Nações Unidas apelou ontem a Luanda e à UNITA para que reúnam rapidamente as condições necessárias à calendarização e distribuição dos «capacetes azuis» da UNAVEM III.

O CS pede urgente atenção para o aquartelamento das tropas da UNITA e para a retirada das tropas governamentais para os seus quartéis, a fim de permitir a integração das forças rebeldes no Exército nacional e na polícia.

Lusofonia: os povos e os livros

EXPRESSO, 13 5 95

ATRAVÉS da escassa imprensa que me chega de Cabo Verde, captei os ecos da Feira do Livro Português aí realizada no ano passado e do impulso que vem sofrendo sob a orientação do conselheiro cultural João Nuno Alçada (JNA)— que não conheço e cuja acção posso, portanto, elogiar à vontade.

«Feira do Livro em Português», sugeriu ele, demonstrando ter acedido ao restrito olimpo daqueles que no Rectângulo compreendem que a Lusofonia não se constrói com os arcaicos métodos de Berlim, mas com modernos meios interactivos.

Uma das dificuldades da Lusofonia é que as elites portuguesas conhecem mal a própria História, dizem que por culpa da geração de românticos, que derrubou a Monarquia e que, por influências jacobinas e em nome do Progresso e da Modernidade, precisava de suporte ideológico para as Campanhas de Pacificação. Foi assim que este Portugal «fenício», mais dado a tratos e resgates que a sanhas colonizadoras, foi posto em bicos dos pés civilizacionais por toda uma mitologia mastigadamente erigida em ciência e em pilar do orgulho da Raça.

«Feira do Livro em Português» foi, de facto, a décima edição. E de novo exaltou um dos suportes mais consistentes da Lusofonia, o livro. Porque o conceito de Povos do Livro da «Umma» islâmica cabe perfeitamente na Lusofonia, numa versão laica. Lusofonia a ser construída com os referenciais de povos que lêem e amam os mesmos livros, não com a pompa de cimeiras, tratados e recípro-

MANUEL DELGADO*

idades que qualquer Schengen soprado de Berlim, Paris ou Bruxelas varre como poalha de dolências passadas.

Levar José Eduardo Agualusa e Mia Couto a Cabo Verde, convidar as incipientes editoras cabo-verdianas, fazer da Feira do Livro Português oportunidade para apresentar uma mão-cheia de livros de autores cabo-verdianos, não foi mais a afirmação arrogante (e ridícula...) de potência e matriz que se viu durante o debate do Acordo Ortográfico mas uma piscadela de olho cúmplice e uma carícia à auto-estima dos africanos. E só com estima e auto-estima se constroem coisas sãs e duradouras.

Espaço crioulo

Ao sugerir que as feiras deveriam ser feiras do livro em Português, JNA quis dizer, em meu entender, um punhado de coisas simples nas quais, ao longo de 20 anos (que digo eu?!, de séculos!), muita gente tem partido a cara.

1. A Lusofonia será um espaço crioulo ou não será. E crioulo é o espaço de miscigenação, seja genética ou cultural, que abrange tudo o que de grandioso a alma lusa produziu, do Algarve moçárabe, cujos mercadores conçoeram e se lançaram como pioneiros na aventura marítima, a Camões, a Mendes Pinto, a Vieira, a Pombal (estes dois tidos por mestiços), a Pessanha, a Pessoa, aos ban-

deirantes, aos capitães de Abril, esses crioulos que souberam escutar o chamamento do crioulo por excelência que foi Amílcar Cabral. Roubando o título a uma das obras do «cabo-verdiano» Manuel Ferreira (mais que crioulo, ganhou direito honorífico à cidadania cabo-verdiana), a construção da Lusofonia é, portanto, uma aventura de expansão da influência crioula, uma Aventura Crioula. De fora da Lusofonia irão ficando — e minguando —, do lado africano, os Savimbis e outros que querem basear as independências no nacionalismo restauracionista e, do lado português, todos os mítomanos da Fé e do Império.

2. A miscigenação é, no espaço crioulo lusófono, algo muito mais subtil que a mesquinha e desprezível mistura de sangues. Levar Mia Couto e Agualusa, dois crioulos brancos, a Cabo Verde tem, por isso, um significado que aí por certo terá passado despercebido, de tal modo o cabo-verdiano fareja à distância um crioulo e num ápice o digere. Mas Mia Couto, talvez mais que Agualusa, sabe de certeza quão difícil é afirmar a criouldade em certas paragens africanas, ela própria às vezes um difuso mal-estar dos que a «sofrem». Ainda há tempos, por malícia e para espanto de um amigo negro moçambicano, fiz chorar no Castelo de S. Jorge três bóeres a quem convidei a brindar à nossa comum africanidade. Tinham acabado de descobrir que a africanidade, difusa embora agressiva, de que «sofrem» tinha um nome: eles também são crioulos.

3. A Lusofonia, a Criouldade, é um espaço de cumplidade, de subentendidos, não de potência. Se a Diplomacia portuguesa puser a mão na consciência e nos «dossiers», chegará à conclusão que os impulsos mais fortes à Lusofonia têm partido dos crioulos de África, não de qualquer centro de potência ou de fúteis disputas de liderança. Nem Portugal, país europeu periférico, nem o Brasil, por enquanto, estão em condições de liderar coisa nenhuma a nível internacional. E isso é um bem para a Lusofonia.

4. O papão das disputas de influência no espaço lusófono, «maxime» a abolição do Português como língua oficial, tantas vezes acenado e engolido com histeria no Rectângulo, é uma velhacaria usada ciclicamente em quatro circunstâncias distintas:

Há jornalistas lusos mais ou menos néscios, mais ou menos oportunistas, em busca de impacto na dormência das esplanadas tropicais. No exótico há-de pôr-se a pimenta do medo. Vende;

Há os fundamentalistas da restauração pré-colonial. Não chegam a ser crioulos, são meros assimilados. Não são sinceros como outros fundamentalistas, é um expediente que rende dividendos políticos e, quem sabe, materiais;

Há herdeiros da mitomania do Império a mofar em sinecuras diplomáticas. É o zelo espantar o tédio;

Finalmente, há os próprios crioulos lusófonos a tentar meter esporas à moleza das Necessidades. Sei do que falo.

* Jornalista cabo-verdiano

Lavas preocupam de novo

OGEÓLOGO cabo-verdiano, Alberto Mota Gomes, que tem acompanhado desde o início a erupção vulcânica do Pico do Fogo, disse ontem que a situação voltou ser "preocupante", em termos de vulcanologia, tendo em conta a emissão de lavas que atingem uma velocidade de quatro metros por hora. Mota Gomes, que falava numa entrevista ao programa "Bom Dia Cabo Verde", da Rádio Nacional (RNCV), disse que a situação voltou a ser semelhante à da fase inicial, ou seja, as lavas encaminham-se em duas direcções, tal como havia acontecido nos primeiros dias da erupção. Mota Gomes disse que esse avanço rápido das lavas em direcção à Boca Fonte está a formar as rochas basálticas "emportoadas" - como são conhecidas científica-

NOVO JORNAL, 11.5.95

mente-, as quais são um pouco diferente na morfologia das lavas que deram origem as rochas "AA".

Segundo aquele geólogo, já se sabia de antemão que essas lavas correm com maior velocidade, porque são mais fluidas e estão a seguir paralelamente às lavas que se iniciaram a 3 de Abril.

Conforme Mota Gomes, tem-se também registados abalos sísmicos todos os dias, inclusive, alguns deles são perceptíveis pela população.

Mota Gomes anunciou, por outro lado, a chegada de uma equipa da Universidade dos Açores que vai trabalhar com uma equipa cabo-verdiana no terreno, na análise do problema de gases que está a criar "um certo pânico" na população.

Para Mota Gomes urge estudar

conveniente a problemática dos gases emanados pela erupção, a fim de mostrar a população que essa questão é normal em qualquer situação do género.

Os objectivos traçados por essa missão prendem-se com a análise da natureza dos gases, a possível contaminação da água e execução do "Mapa Risco Vulcânico".

Desde o início da erupção do vulcão do Fogo, uma equipa portuguesa do Instituto Superior Técnico vem acompanhando o fenómeno. Também um grupo de estudantes e dois professores franceses da cidade de Lyon encontraram-se no Fogo em visita de estudo sobre a erupção vulcânica.

África Austral/cimeira

Congregar recursos e reparar desequilíbrios

NOVO JORNAL, 13.5.95

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, afirmou hoje em Midrand, África do Sul, que os países da África Austral devem conjugar a utilização de todos os seus recursos e reparar os desequilíbrios para reduzir o potencial de conflitos.

Chissano falava durante os debates no Centro de Convenções Gallagher, entre Joanesburgo e Pretória, no decorrer da primeira das duas jornadas da terceira conferência do Fórum Económico Mundial, dedicada à África Austral, este ano sob o tema da "transformação da reconciliação em reconstrução regional".

Depois dos discursos de abertura, proferidos pelos presidentes da África do Sul, Nelson Mandela, e do Botsuana, Ketumile Masire (como presidente em exercício da SADC), os chefes de Estado de Moçambique e do Zimbabué (Robert Mugabe) participaram junto com o ministro do Comércio e Indústria da Namíbia, Hidipo Hamutenya, na primeira sessão plenária do dia. Depois de Mugabe ter defendido a

criação de um "ambiente correcto" para o investimento, sem hipoteca da prioridade de nivelamento dos desequilíbrios herdados do passado colonial, Chissano pegou no mesmo tópico para notar que estes mesmos desequilíbrios encerram em si um potencial de conflito que se pretende arredado da região.

"Temos de pensar na região como no nosso próprio corpo", sustentou. "É uma unidade onde o cérebro, fígado e os rins não podem morrer ou viver por si. O primeiro ponto em que nos temos de concentrar é o de utilizar todos os recursos em benefício da região".

Depois de notar que os governos da região, através de "políticas corajosas", já criaram as condições necessárias à atracção de investimentos, nomeadamente o estabelecimento de democracias e governos estáveis, Chissano criticou os investidores por continuarem à espera, cautelosos, a ver para onde pende o evoluir dos acontecimentos.

"Estamos a perder o nosso tempo e eles a perder o deles", frisou.

"É como a história da galinha e

do ovo, ou do ovo e da galinha... é a mesma coisa...". corrigiu, sem se atrapalhar, sorrisos e aplausos da assistência.

"O que é que deve vir primeiro? O investimento ou o desenvolvimento? A guerra no nosso país destruiu tudo, infra-estruturas, escolas, hospitais, pontes e fábricas. Como é que podemos ter desenvolvimento sem investimento?", insistiu.

No domínio da defesa e segurança regional, o presidente moçambicano defendeu a criação de condições de maior cooperação regional de forma a reduzir as razões de desconfiança mútua e poder canalizar para o desenvolvimento fundos até aqui dedicados à protecção dos Estados.

"Em Moçambique, 60 por cento da população vive em condições da maior pobreza", sublinhou.

"Se não reduzirmos isto, o potencial de conflito latente permanecerá. Os desequilíbrios são todos causa de conflitos e, como tal, precisam de ser prioritariamente atendidos e resolvidos".

Vuca Pinheiro ao NJC

“América continua a ser a terra das oportunidades”

NOVO JORNAL, 13.5.95

ARMINDO RODRIGUEZ, NOS EUA

Tantos são os caminhos para se chegar ao seio de uma comunidade, circunstancialmente a dos cabo-verdianos nos Estados Unidos da América, que por um deles tínhamos, necessariamente, que optar. É, pois, pelas mãos de João José de Azevedo Pinheiro, que por Vuca é mais conhecido dos nossos leitores e dos que, na diáspora americana, diariamente lidam com ele, que o nosso Jornal quis saber um pouco do que vai acontecendo junto de uma das nossas comunidades mais antigas no estrangeiro.

Com Vuca Pinheiro, bravense de gema, que anos sem conta da sua vida tem dividido entre o Brasil e os EUA, o trilhado por que optámos é um pouco o da controvérsia. Isso porque o nosso entrevistado de hoje, músico, compositor, agente da Comunicação Social, professor universitário especializado em Matemática e Informática e do ensino bilingue no estado norte-americano de Massachusetts, enfim, homem-de-todos-os-afazeres a nível do viver comunitário, não se coíbe de dizer da sua verdade, seja ela controversa ou não. É o seu lema.

Com Vuca Pinheiro, embora desta vez em entrevista personalizada, o nosso Jornal inicia uma série de reportagens do que é a saga dos cabo-verdianos nos “States”.

Novo Jornal — Poesia regularmente colunável nos meios de Comunicação Social cabo-verdiana nos Estados Unidos da América, Vuca Pinheiro, é a impressão que se tem, ainda actualmente um pouco designado da informação. Será isso verdade? Tem dado entrevistas, feito rádio, enfim...?

Vuca Pinheiro — Não, de vez em quando alguma entrevista, especialmente para a BBC, que aparece por aqui de vez em quando, e, então, tenho sido chamado para alguma entrevista.

NJC — Como eles chegam até si? VP — Geralmente através do pessoal daqui. Da outra vez, por exemplo, quando cá vieram, estiveram com o Ramiro Mendes e, não sei como souberam da minha existência, perguntaram por mim. O Ramiro telefonou-me e foi estabelecido o contacto. Da vez seguinte, foi por intermédio do programa Mantenha, de Providence.

NJC — Um facto indiscutível é que Vuca Pinheiro tem sido, ao longo desses tempos, uma referência no seio da comunidade cabo-verdiana nos EUA. O que acha que o coloca tão ao centro das atenções?

VP — Centro das atenções? Bom, talvez seja. Não sei se a minha vivência do Brasil é, ou não, uma vantagem, mas o facto é que o Brasil é um país rico em tudo, não em tradições, rico em acções que fazem de uma pessoa um conhecedor de todos os fenómenos que ocorrem pelo mundo fora. Posso dar um exemplo, em termos políticos, já vi de tudo, no Brasil, vi partidos sendo criados, partidos desmanchando-se, governos militares, governos do tipo da direita, jornais nascendo e morrendo. Tudo. Quero dizer que quem viveu no Brasil tem uma experiência de vida realmente muito grande e essa é a vantagem. Talvez seja esse o ponto.

NJC — A razão por que é solicitado?

VP — Também há uma outra coisa: devido à minha maneira de ser, eu nunca fico num canto só. Pela minha filosofia de vida, a que estabeleci para mim, posso actuar em qualquer campo. Em princípio não tenho barreiras nenhuma quanto a isso. Só depende de como eu conseguir mostrar-me, de como conseguir desenvolver em certo campo. Pela minha maneira de ser, a minha maneira de actuar, de aceitar qualquer campo de acção, sobretudo se se pensar que não sou somente um sonhador, como também um realizador, com alguma inclinação técnica, sinto essa polivalência para actuar em diversos campos.

NJC — Concretamente, que campos?

VP — Concretamente, a música, a rádio, a televisão, a comunicação social em geral, o ensino, a técnica, como também em qualquer outro campo. Como não aceito barreiras, não me imponho barreiras, em princípio, dou-me bem em qualquer área.

NJC — Mas há quem diga que o Vuca já foi mais activo, em termos de participação nos «meios»...

VP — Sim, exacto. Isso já aconteceu. Houve uma época, por exemplo, em que estive na criação do jornal O Mundo Caboverdiano e do programa de televisão Arco Íris, ao mesmo tempo que fazia a revista Favela, participava no programa Mantenha, de Providence, no programa de rádio com o John Monteiro, o Terra Longe, e, de vez em quando, na Cabo Vídeo. Foi uma época em que eu estive activo até demais aqui na comunidade. Mas essas coisas vão tomando o seu lugar devagar, porque, na verdade, o que geralmente acontece é isso: formamos um grupo e eu tomo sempre a parte técnica, por conhecê-la e saber que posso efectivamente realizar a coisa, mas, no final, sempre aparecem aqueles outros que ficam em outros postos, e depois de tomarem o gosto pela situação, ao aprenderem como funciona, começam os problemas, seja por-

que não concordo com eles, com o que eles pensam, seja o contrário. Então geralmente afasto-me, em vez de brigar. Posso fazer outras coisas...

NJC — E pensa que esse é um dos principais males que afectam o viver comunitário, que deve ser reparado?

VP — Deve ser, sim? Acho que sim, pois uma pessoa, quando não sabe uma coisa, tem de aprender. Agora, trabalhar politicamente (esse politicamente de que falo é o no pior sentido), trabalhar por detrás, é muito mau. Não convém a ninguém e nem sequer ajuda a comunidade nenhuma.

Jogos de interesse

NJC — Com os jogos de interesse...

VP — Exacto. É por essas e outras que estou afastado, mas na verdade não estou.

NJC — Como assim?

VP — Quero dizer afastado do campo activo, mas, na verdade, estou a preparar-me para actuar de outra forma. Por exemplo, agora vou criar o meu estúdio, que, realmente, não será somente um estúdio de gravação. Vai ser um sítio que contemple uma parte para a televisão, outra para a rádio, e, possivelmente, uma parte para a informação escrita. Esse estúdio será a minha ocupação nas horas de lazer, fora do meu tempo normal de trabalho. Assim, quando não estou gravando, estou a fazer um pouco de trabalho de rádio ou de televisão.

NJC — E tem projectos concretos para essas áreas que acabou de citar?

VP — Sim, mas convém salientar que já não quero mais envolver-me em projectos sem a continuidade com que foram elaborados inicialmente. Não pretendo entrar em coisas que vejo sem solução ou continuidade a meu modo, da maneira que acho que devam ser.

NJC — Está a falar de projectos, creio eu, que pretendem ser benéficos à comunidade?

VP — Isso tudo depende da pessoa que os faça. Se ela só quer o bem da comunidade, não há problema nenhum, pelo contrário, e é até melhor, pois a pessoa sabe o que quer, faz o que quer, beneficiando a comunidade. Em contrapartida, se for alguém que só quer uma oportunidade para dominar o meio, isso já é outra coisa completamente diferente.

NJC — Estamos a falar de uma maneira geral da informação comunitária. Compartilha a opinião que os cabo-verdianos nos Estados Unidos da América constituem uma comunidade mal informada, como, aliás, disse o primeiro-ministro de Cabo Verde durante a sua última visita aos EUA?

VP — Quanto a isso, não há dúvida nenhuma. Mas é preciso definir o que é informação, afinal. É-se mal informado em relação aos acontecimentos em Cabo Verde? Ou porque as pessoas não conseguem captar as informações? Isso é que é preciso ver.

NJC — Acho que ele estava referindo-se à falta de informação, ou, melhor, informações deturpadas sobre Cabo Verde.

VP — Sim, já sei o que ele quis dizer, simplesmente estou a dar uma ideia mais geral. Com relação a Cabo Verde, temos de ver que ele é ainda um país com poucos anos de vida, por quanto 30 anos nada sejam na vida de um país. Então, logicamente que qualquer noticiário que venha de lá esteja de acordo com certos interesses, seja de um lado, seja de outro — agora temos três lados, ou serão quatro (forças políticas de maior expressão). Em princípio, a informação que vem de lá é de acordo com uma única facção política, o que leva a que se diga que a comunidade está mal informada.

Também existe o outro lado, como que da centralização das informações que são enviadas para aqui para serem distribuídas. Aí há, também, controle de informação, o que é mau. Então, eu penso que para se resolver esse problema a solução tem de passar por um controlo informático lá em Cabo Verde, dotado com um computador com informações de fontes diversificadas, onde eu, aqui, como jornalista, pudesse recorrer, ter acesso às diversas fontes, e dar um noticiário realmente conveniente à comunidade.

NJC — Mas já chegou a apresentar essa sugestão a alguém de direito?

VP — A gente fala de vez em quando, quando aparecem por aqui, mas nem sempre as coisas são vistas da mesma forma.

NJC — Na maior parte dos casos, será que essas preocupações são ignoradas?

VP — Exacto.

NJC — Já agora, gostaria que o Vuca analisasse a componente formativa da informação no seio da comunidade cabo-verdiana.

VP — Temos de ver o seguinte num país como Brasil, onde há uma facilidade incrível de assimilação do cabo-verdiano, as coisas são diferentes. Quero dizer, o cabo-verdiano no Brasil integra-se de tal forma naquela sociedade...

Continua na pág. 9

Continuação da pág. anterior

“América continua a ser a terra das oportunidades”

de quê depois de um, dois ou três meses a gente já não o reconhece mais. Isso porque temos a mesma língua, cultura similares e, então, o cabo-verdiano se sente praticamente em casa.

Aqui é diferente, principalmente por causa da língua, existe um obstáculo grande à informação, de um modo geral, inclusive do que acontece aqui nos EUA. A comunidade fica como que num círculo onde a informação não entra, informação não só dos Estados Unidos, como do Mundo inteiro, ela não entra como entraria, por exemplo, em Cabo Verde. Por causa desse aspecto, a comunidade, em si, já não é homogeneizada, o que, aliado à informação que vem de Cabo Verde, de uma certa fonte, dá para concluir:

Alunos mal preparados

NJC — Aliada à deficiente informação, como experiência, há, depois, a fraca formação académica do imigrante, em si. Como vê essa inter-relação?

VP — Bom, antigamente, realmente antigamente, aquela educação, instrução cabo-verdiana, não abundava muito por aqui, nos EUA. Hoje já recebemos pessoas com um pouco mais de instrução, mas que, também, chegando aqui, por falta de muitas estruturas dentro da nossa comunidade, que, infelizmente, só se preocupam com a política, e mais nada vão perdendo-se. Em vez de seguir, por exemplo, a carreira numa universidade, a pessoa, que em princípio, já tem uma base, fica pelo caminho, o que também é mau. Hoje podemos receber pessoas com maiores instruções, mas, na verdade o problema social entre os cabo-verdianos é maior.

NJC — O Vucá Pinheiro é professor, pessoa que, a par da sua tarefa de mestre na Universidade de Massachusetts (UMass), lida também com estudantes juniores chegados de Cabo Verde. Acha que esses estudantes têm base para continuar aqui...?

VP — Eu já mostrara a minha preocupação ao primeiro-ministro, quando ele cá esteve, já lhe dissera que o nível de escolaridade que vem de Cabo Verde tem traçado de uma forma espectacular, que o nível que os que cá chegam apresentam está muito mais abaixo do oficial que conhecemos. Por exemplo, um aluno que veio do segundo ou terceiro ano dos Liceus muitas vezes não sabe fazer uma multiplicação ou divisão, o que prova que os estudantes cabo-verdianos que cá vêm e transitam para o sistema americano estão muito mal preparados. Isso é um problema grave...

NJC — Mas mesmo assim, segundo consta, em relação à média americana, conseguem ser bons alunos...

VP — Bem, a educação americana também está muito em baixo, mas muito, muito mesmo em baixo. Agora, eu continuo a insistir naquele parte da falta de estruturas sociais dentro do meio cabo-verdiano aqui nos EUA. Pelo seguinte: os estudantes vêm, um grupo dá-se bem, outro perde-se completamente. Esses, na falta da estrutura que os ajude a entender a cultura americana, vão copiar o americano, naturalmente, e, fazendo isso, estão a copiar uma cultura que nada tem a ver com eles. Ai, eles perdem-se, e fazem coisas que lhes ficam muito perto do que o americano...

NJC — E quem acha que devia chamar a si a responsabilidade de criar a tal estrutura? A família em si, a sociedade, as autoridades cabo-verdianas...?

VP — Olhe, eu pergunto o que é que as associações estão fazendo até hoje. Quando falo de associações, falo de uma forma realmente geral. Não é só dizer por exemplo, Associação Cabo-verdiana de uma cidade qualquer. Inclusive, já vou pôr também o caso de deputados, porque hoje já se fala muito em política, todos querem ser deputados, etc., inclusive isso. Todas essas organizações, salvo algumas excepções que existem, tomam que visam o social, quer dizer, amparar o cabo-verdiano sob diversos aspectos, alguns dos quais já falei aqui. Mas, geralmente não vêm isso, mas sim a existência deles como organização em termos de promover festas, e mais nada, somente o lado fácil do social. Eu preciso haver muito mais, preparar muito mais coisas: por exemplo, aulas de inglês são uma coisa fundamental, aulas de cidadania, que algumas associações, reconheço, estão a levar a cabo, o que é muito bom, mas é preciso muito mais do que isso.

NJC — Mudemos, agora, um pouco de tema. Qual acha que é o futuro da comunidade cabo-verdiana aqui nos EUA? Continua a ser pertinente emigrar para este país? O que acha?

VP — Olhe, tudo depende do que estiver a acontecer por lá. O que não se pode negar é que aqui é realmente a terra das oportunidades, não se pode negar isso. Tudo depende da formação que esse pessoal teve lá. Alguns chegam aqui e conseguem ver isso, conseguem desenvolver e hoje, enfim, ocupam bons postos. Tudo depende da preparação que lá tiveram e da orientação que tiveram aqui nos Estados Unidos. Por isso é que digo estar a falar o papel dessas associações, de uma forma em geral.

NJC — Contudo, por aqui as coisas podem estar a mudar todos os dias, as oportunidades de sucesso a minguairem todos os dias. Por exemplo, hoje, em relação a...

VP — Cuidado! Problemas dentro dos Estados Unidos existem muitos, muitos até estruturais, porque os governos têm negligenciado, não têm tomado as medidas que devem porque estas geralmente são antipopulares, e, claro, como todos eles são políticos e precisam de votos, procuram não tomá-las. Com relação aos Estados Unidos, isso tem piorado, não há dúvida nenhuma. Mas continuo a insistir ainda que depende da pessoa, porque eu posso escolher o meu caminho. Se tiver uma boa formação, sei qual o caminho que quero, posso escolhê-lo, e nada dos condicionamentos que disse atrás vão atrapalhar-me. Mas, para isso, é preciso que eu tenha essa preparação e que alguém aqui me oriente. São necessárias essas duas coisas.

NJC — A dependência de uma franja da comunidade cabo-verdiana em relação aos serviços de apoio social tem aumentado dramaticamente. Agora aparece o Congresso norte-americano a querer cortar muitos desses apoios aos imigrantes. É o caso de...

tem, se se falar da região da Nova Inglaterra, muitos beneficiários junto da comunidade. Que diz?

VP — Continuo ainda a insistir no mesmo ponto: que essas associações devam fazer mais. Por exemplo, esses imigrantes que estão aqui o que é que sabem quanto ao voto? Muitos deles têm direito ao voto, mas muito poucos, dão quase mesmo nada, votam. Porque? Infelizmente, eles têm que ser contados como votos. Infelizmente, a sociedade aqui nos Estados Unidos funciona assim. Se você é um votante, pesa na balança. Se não o é, não pesa. Portanto, tem de haver uma campanha de esclarecimento junto da comunidade sobre a importância do voto: a importância da cidadania, para que possa ser contado.

NJC — Assim se explica a inexistência do consulado de Cabo Verde em Boston nesse sentido. Mas enquanto isso não acontece, o que se deve fazer, para que não se fique parado...

VP — Eu procuraria algumas motivações. Por exemplo, em termos de estudantes, seria preciso haver algumas motivações, dentro do programa bilíngue, pois, realmente, todos os estudantes que vêm cá é lá é que vão parar. Lá dentro, eu já promoveria algumas motivações, no sentido de se dar mais apoios a esses estudantes. Bem, essas motivações existem, mas não no grau que deviam. Portanto, aí é preciso uma mudança. Outro tipo de mudança já seria mais difícil porque, evidentemente, pensando na comunidade como um todo, seria necessário haver uma organização para fazer isso.

NJC — Como disse, há pouco, o mal desta comunidade é politizar tudo. Sei que o Vucá não se interessa pela política, a que se pratica activamente, mas nunca pensou nela?

VP — Não, mas posso até desempenhar um cargo político, o que é

diferente. Existe o ser político e o estar político, digamos assim. Posso desempenhar um cargo político. Nesse caso, quando estou a desempenhar esse cargo, eu sei que tenho de actuar politicamente, de uma certa forma, defendendo certos ideais, que, necessariamente, teriam de ir acordo com aquilo que penso; posto chegar a esse ponto, mas abraçar a carreira política, como sendo o fim para a minha vida, isso não.

NJC — Mas se a sociedade, neste caso é a comunidade, assim o exigir...

VP — Olhe, disse-se. Mas, conhecendo bem esta comunidade, conhecendo bem a capacidade de manipulação de muitos aqui, esta hipótese não vai existir.

NJC — Está a acusar muitos jogos de interesse neste meio...?

VP — Sem dúvida, sem dúvida, e isso é um factor totalmente negativo dentro da comunidade, quer dizer que cada um a procurar puxar a brasa para a sua sardinha, cada um a procurar dar a informação que lhe convém, entre outros.

Dessa água posso beber

NJC — Quer dizer que a sua participação está fora de questão?

VP — Não, nunca digo que dessa água não beberei. O que digo é isso: optar pela carreira política como um fim para a minha vida, isso não, não me parece. Posso desempenhar cargos políticos, posso actuar em qualquer sector dentro de um governo, não vejo problema nenhum.

NJC — Dado o interesse da peça, mas atendendo ao seu tamanho, vemos-nos obrigados a publicar esta entrevista em duas partes. Leia na nossa próxima edição a segunda parte desta entrevista.





visto de outra cidade

Torcato Sepúlveda

São Tomé

Macaqueando

PÚBLICO, 14.5.95

MANOEL CAVATE



Em São Tomé é assim. Os forasteiros são bem recebidos. Sobretudo se são portugueses. Porque esta terra — “terra do negro leal e forte e valente que nenhum outro”, como cantava o poeta são-tomense Francisco José Tenreiro, em “Ilha de Nome Santo” — é fidalga. E esquece agravos antigos.

Portanto, no “dancing” Canecão, depois de umas tantas músicas locais, de umas tantas mornas e coladeras de Cabo Verde, depois de umas tantas salsas e rumbas latino-americanas, havia que homenagear a presença dos portugueses que lá tinham ido dançar. O subsecretário de Estado da Cultura português, Manuel Frexes, e equipa estavam lá; a gente do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro estava lá; os representantes do Instituto Camões estavam lá; a vice-presidente da Torre do Tombo estava lá; diplomatas portugueses estavam lá; jornalistas de Lisboa estavam lá. Acompanhados por membros do Governo são-tomense.

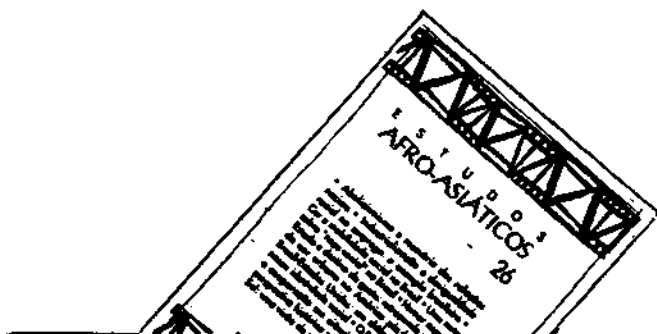
Havia, pois, que os regalar. E regalaram-nos. Tanto

mais que eles pareciam contentes e não paravam de bailar. Então, começou a ouvir-se a voz de Quim Barreiros, as suas letras desbocadas, o “Bacalhau”. Foi um balde de água fria na noite equatorial. Aos raros pares são-tomenses que evoluíam na pista — a meio do mês e com ordenados baixíssimos, os são-tomenses saem pouco —, aquilo parecia-lhes um ritmo paupérrimo. Os portugueses, enfiados, recolheram às mesas a pedir cerveja. “Apre! Até aqui...”, suspiravam.

Depois, depois, percebeu-se que era por simpatia. Que não era por mal. Mas a noite nunca mais foi a mesma. Meia hora passada, já os portugueses debandavam cada um para o seu hotel. Cabisbaixos. Porém, quando entravam nos automóveis respectivos perceberam, cá fora, que a música mudara. O “disc-jockey” regressara às coladeras. “Nos terrenos da Virginia / os negros estão dançando. // No show-boat do Mississippi / os brancos macaqueando”, ironizava outrora Tenreiro, em “Negro de Todo o Mundo”. Macaqueando... ■

RECOMEÇAM NEGOCIAÇÕES DAS PESCAS COM GUINÉ-BISSAU — As negociações entre a Guiné-Bissau e a União Europeia com vista à prorrogação da aplicação do acordo no domínio das pescas para os próximos dois anos recomeçam a 6 de Junho. Estas negociações serão “fulcras” para a obtenção de receitas para o Estado guineense, segundo afirmou à agência Lusa uma fonte daquele país que pediu o anonimato. “São quase 13 milhões de ecus [cerca de 2,5 milhões de contos] de receitas para a Guiné-Bissau”, acrescentou, recordando que o país está a atravessar uma grave crise financeira apesar do Programa de Ajustamento Estrutural Reforçado, negociado em 1994 com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial.

PÚBLICO, 14.5.95



CULTURA

Luandino Vieira, escritor angolano, ao PÚBLICO

“Não tenho medo de sujar as mãos”

PÚBLICO, 15 5 95

Nelson Saúte

Há 30 anos, a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) premiou “Luanda”. O livro não tinha nenhuma referência política expressa. Apesar de um dos personagens pronunciar a palavra terrorista. O júri foi convidado a retractar-se. Não o fez. Três dos seus membros foram presos. Seis dias depois, o regime mandou encerrar a sede da SPE. Nessa mesma noite — coincidência histórica — foi assaltada, saqueada e destruída. O autor encontrava-se no Tarrafal. Chamava-se José Luandino Vieira.

José Luandino Vieira nasceu em 1935 na Lagoa do Furadouro, mas reconhece-se angolano desde sempre. Estudou em Luanda. Praticou actividades anticolonialistas. Viveu anos da sua vida em prisões. Entre elas, a do Tarrafal, em Cabo Verde. Escreveu histórias que renovaram o imaginário e a língua portuguesas. Títulos como “A Vida Verdadeira de Domingos Xavier”, “Vidas Novas”, “No Antigamente, na Vida”, “Nós, os do Makulusu”, entre outros, pertencem à história da literatura do seu país. Mas não só.

PÚBLICO — Quando o “Luandino” foi premiado estava no Tarrafal. Como é que lhe chega a notícia?

LUANDINO VIEIRA — Recebi a notícia no dia seguinte por um telegrama do prof. Manuel Ferreira. A notícia era tão inespe-



Luandino Vieira: “Não blasfemos contra Deus por ter feito o tigre. Louva-o por não lhe ter dado asas”

rada e insólita que me entregaram o telegrama porque se não fosse eu ninguém mais percebia. Ele só me dava os parabéns pelo prémio SPE. Fiquei à espera de perceber o que era.

P. — Não sabia que o livro tinha sido submetido a concurso?

R. — Estava há cerca de dois anos [no campo de concentração do Tarrafal] quando isso se passou. Numa fase muito difícil porque houve mudança de director. Quando cheguei encontrei um director do quadro administrativo e de nacionalidade portuguesa e, nessa altura, foi substituído por um de nacionalidade cabo-verdeana que, muito embora fosse cristão — o que dava pelo menos a tentação de proteger certos direitos dos presos —, era muito mais estrito que o antecessor. Resultado: esse telegrama, insólito e inesperado, passou mas, logo a seguir, ele começou a ouvir a Emissora Nacional que noticiava as reacções à atribuição do prémio. Fez um “black-out” total.

P. — Sentiu a solidariedade dos intelectuais portugueses?

R. — Estávamos muito isola-

dos. Às vezes conseguíamos comprar um jornal para ler. Tinha um ano de velhice e nós achávamos que eram notícias correntes porque não tínhamos contacto com o mundo. O único jornal admitido era “A Bola”.

P. — Escrever era uma forma de resistir?

R. — Costuma-se dizer que escrever é uma forma de resistir. Mas desconfio que é muito mais que resistir. No dia-a-dia normal de uma sociedade escrever talvez seja resistir mais do que quando estávamos ali congelados. No meu caso — não posso falar pelos meus colegas: Uanhenga Xito, [Manuel Pedro] Pascavira, [António] Cardoso, [António] Jacinto, sei lá!, todos os escritores que lá estavam, éramos muitos, porque parece que é má sina dos escritores dos nossos países terem que estar sempre nestas coisas —, recordo-me que era uma forma de manter o meu equilíbrio. Equilíbrio no sentido de me sentir um ser humano. O campo de concentração do Tarrafal era para nos destruir psicologicamente. Não era fisicamente, porque não podíamos trabalhar. Não nos podiam

pôr a fazer trabalhos forçados porque a única vez que se tentou, a população daquela zona reagiu mal; se houvesse trabalho era para os naturais da ilha. Se nós fôssemos plantar árvores estaríamos a roubar postos de trabalho, então tínhamos que estar confinados ao campo de concentração, sem poder trabalhar. A opção da PIDE era destruir-nos psicologicamente. A correspondência era toda censurada, não podíamos ter rádio, quer dizer: estávamos absolutamente isolados. Era preciso que cada um se encostasse no outro, sobretudo quando estávamos — MPLA, UNITA, FNLA, todos! — na mesma caserna.

P. — Não tinham então divergências políticas?

R. — Não, não. O nosso melhor conselheiro no interior do campo para tudo quanto tínhamos que fazer e envolvia relações humanas foi o velho Jonatão Chingugi, fundador da UNITA, que foi morto à pedrada, segundo dizem. Era dessa família que tem sido martirizada pela própria UNITA. Não era só o facto de estarmos todos presos e o carcereiro ser o mesmo e a situação ser difícil para todos. Havia algo para além disso. Era uma compreensão do facto de sermos todos angolanos. Era a única coisa que contava. O resto, dizíamos, “o resto a gente discute depois”. Mas era discutir, não é dar tiros.

P. — Depois da independência nunca mais escreveu. Porquê?

R. — Considero que estes anos todos estive a escrever na medida em que estive atento a tudo e interveniente naquilo que me foi pedido e naquilo em que me foi possível. Penso que fui confrontado, como muita gente, com um facto: é que, depois das independências, não havia gente suficiente para colmatar as brechas, umas que foram abertas naturalmente e outras que nos provocaram. Não tenho medo de sujar as mãos. Desde que sinta a mínima capacidade para fazer qualquer coisa que me peçam, faço. Podia ter tomado a atitude muito higiénica de não sujar as mãos, de me manter à distância e hoje podia fazer a crítica de cátedra. Assim, faço a auto-crítica de cátedra.

Continua na pág. 12

Continuação da pág. anterior

Luandino Vieira, escritor angolano, ao PÚBLICO

“Não tenho medo de sujar as mãos”

P. — Reconhece-se também nesta tragédia que se abateu sobre Angola?

R. — Ah, sim, sim! Nestas questões não há culpas individuais. A História não é um tribunal. Não depende do juiz e do jurado. Basta ver como agora se recupera a história da Alemanha. A minha consciência é de que eu fiz o que sabia. Era muito pouco. Fiz o que pude. Talvez, muitas vezes, pudesse ter feito mais. Mas sou humano como qualquer pessoa. Os escritores são ainda muito mais frágeis do que os outros. Uma coisa eu penso que a nossa geração tem a seu favor: nós não virámos as costas pelo facto de ter que ficar com as mãos sujas. Tentámos fazer o melhor. Se não deu, paciência...

P. — Sente-se defraudado pela História?

R. — Não, não. De modo nenhum! Nas circunstâncias que foram criadas, nas que nós criámos e naquelas que fomos capazes de torner, era possível fazer de outro modo, mas nós não sabemos. Se alguma coisa de positivo foi feito, ficamos satisfeitos. Se

não foi feito, não alijo as minhas responsabilidades para cima da História, das circunstâncias, da conjuntura, e, sobretudo, das potências [estrangeiras]. É verdade que tudo isto teve muita influência. Não percebemos muita coisa, senão “a posteriore”. Se, em 33 anos de História conseguimos, que, ao menos, as pessoas antes de dizerem que são “cuanhamas” digam que são angolanos, penso que isso já é, do ponto de vista histórico, muito importante. Senão veja-se a Europa.

P. — Pepetela disse recentemente [PÚBLICO, 11-3-95] que os antigos revolucionários foram atirados aos cães. O facto inquieta-o?

R. — Depende muito de cada pessoa. As expectativas do Pepe [Pepetela] podiam ter sido muito grandes e então agora a desilusão foi muito maior. Eu nunca esperei nada. Não há nenhum processo revolucionário em que não se devorem os filhos.

P. — Mas subscreeveu a utopia da sua geração.

R. — Subscreevi. Só que nunca a subscreevi como sendo uma não-utopia.

P. — É espantoso observar que mantém uma relação tranquila com o passado de-

pois de tantos anos de sofrimento.

R. — Minha mãe ensinou-me a nunca ser muito optimista. E o meu ditado fundamental para a vida é um ditado etíope que diz “Não blasfemes contra Deus por ter feito o tigre. Louva-o por não lhe ter dado asas”.

P. — Como é que, vinte anos depois da independência, olha para Angola?

R. — Já não choro porque desde miúdo que a minha mãe disse que um homem não chora. Mas realmente podíamos ter feito muito melhor. Sobretudo podíamos ter feito com muito menos sofrimento os mesmos erros para o mesmo resultado. Isso não é perdoável.

P. — O que é que explica esta guerra? Conflito étnico ou luta pelo poder?

R. — Em 1975, quando a UNITA se reorganizou, lutava contra a presença em território nacional angolano de forças invasoras — soviéticas e cubanas. Elas saíram em 1976. Depois voltou a República Sul-africana com a UNITA na segunda fase — de outro nível, em 1982-1983 —, era para tirar os cubanos. Com os acordos de Nova Iorque, os cubanos foram-se embora, a UNITA não parou. Queria im-

por a democracia. Fê-lo com o acordo de Bicesse. Foram a eleições e perderam. Que argumento restava para fazer a guerra? “São os kimbundos que querem matar os umbundus”. Não têm mais nenhum argumento que etnicizar uma coisa que não é étnica. Eles foram mudando de justificação para a guerra que faziam — não vou discutir se estava certo ou não, não há nenhuma guerra que seja justa —, agora só resta a limpeza étnica, genocídio. E depois? Só fica mesmo uma finalidade: o poder. É uma guerra pelo poder!

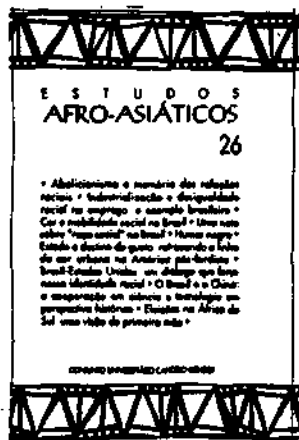
P. — Acredita no abraço de reconciliação entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi em Lusaka?

R. — Acredito porque os homens são capazes de, num momento, darem um abraço sincero sem perceberem que é perfei-mento falso. Porque as circunstâncias estão acima deles.

P. — Está, finalmente, a escrever um novo romance?

R. — Eu pensava que era um romance. São muitos apontamentos, já está tudo. Estou a escrever. Pode ser que seja um romance, poder ser que sejam memórias, pode ser que seja outra coisa qualquer. ■

ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS



ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS

Distinção a “Luanda”, há 30 anos, originou assalto à SPE

Prémio e castigo

PÚBLICO, 15.5.95

Nelson Saúte

“Todo o mobiliário foi completamente destruído. Portas e janelas danificadas. Candelieiros e molduras partidas. Máquinas de escrever e ficheiros inutilizados. Os prejuízos são elevadíssimos”, noticiava a agência Lusitânia. As contas da sociedade saqueadas. O dinheiro destinado ao prémio congelado. Tudo isto porque um livro que contava estórias — “Luanda”, do angolano José Luandino Vieira — vencera o Prémio da Novelística, da Sociedade Portuguesa de Escritores, seis dias antes.

No dia 15 de Maio de 1965, Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fer-

maior de construção, uma experiência literária e social mais sólida, permitiu-lhe a desenvoltura necessária para dar um salto extraordinário, escrevendo um livro impressionante que lhe dá, de pronto, um lugar próprio entre os modernos contistas de língua portuguesa”. Alvaro Salema, Armando Pereira da Silva, Armando Ventura Ferreira, Alfredo Guizado, Arnaldo Pereira, entre outros, saudam igualmente, na imprensa metropolitana, o livro do escritor angolano.

Entretanto, João Gaspar Simões não corteja o entusiasmo. Reconhece-lhe o “talento”. Sobretudo “nos diálogos, que são vivos quer no desenho das figuras que têm relevo, ou na trama das “estórias” que se articulam com a incisão de certa literatura norte-americana”. Considera-o não mais do que um “caso de regionalismo novelístico”.

Em 1960, a Casa dos Estudantes do Império, havia editado “A Cidade e a Infância”, na sua colecção Autores Ultramarinos, dirigida por Carlos Ervedosa e Costa Andrade, de Luandino Vieira, escritor que motivava discussões, desencadeava nanda Botelho, João Gaspar Simões e Manuel da

Continua na pág. 13

Continuação da pág. anterior

Prémio e castigo

Fonseca decidiram atribuir o Prémio de Novelistica da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), a "Luanda", um livro de estórias do angolano José Luandino Vieira, preso político no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Na mesma ocasião, Isabel da Nóbrega, no domínio do romance, e Armando de Castro, no ensaio, eram distinguidos pelos respectivos júris.

No ano anterior, "Luanda" ganhara o Prémio Mota Veiga (Prémio D. Maria José Abrantes da Mota Veiga). Na cerimónia que se realizaria sete meses depois, o governador Joffre Pestana entrega-lo-ia à mulher do escritor encarcerado. Roby Amorim, jornalista português, consideraria, num colóquio proferido nessa ocasião, a 21 de Dezembro: "Luanda" assinala o nascimento de uma literatura".

A ajoiteza terá subscritores. Mas contará também com contestatários. Cedo o debate alcança a antiga metrópole: estudantes, operários, activistas políticos ou intelectuais divulgam o livro, de mão em mão. As estórias colhem o entusiasmo de escritores que se situam nos antípodas dos ideais colonialistas ou fascistas.

O "Diário de Lisboa" publica (edição de 14-1-65) uma crítica de Alexandre Pinheiro Torres ao livro. O diagnóstico é entusiasmante: "Três obras-primas do nosso conto contemporâneo". Adiante insistirá: "A enorme e imprevisível revelação de um escritor de sensibilidade excepcional e de notável capacidade de criação de um 'estilo': o estilo que resulta da sapiente fusão de regionalismos e latinismos (da mesma forma que Guimarães Rosa); o estilo que deriva da mesma linguagem onde as tropelias fonéticas, sintácticas e semânticas sofridas pelo português em contacto com as linguagens tradicionais autóctones são apropriadas de maneira superior", para a obtenção de uma escrita que, durante a "leitura, me foi, quase sempre, motivo de admirada e deleitada surpresa".

"Maravilhoso de frescura", são palavras de Luís Jacinto, nas páginas do "Comércio do Porto", seis dias depois. Qualidades que lhe aponta:

"A vida palpita nas suas múltiplas teias de relações, prendendo nas suas malhas o cómico, o dramático, o insignificante, a fome, a sensualidade, o medo, a desconfiança, a amizade, o humor".

Urbano Tavares Rodrigues profere-lhe palavras de pitonisa, igualmente: "Amanhã — eis um vaticínio arrojado o qual não hesito — Luandino Vieira será não só um dos vultos eminentes da literatura portuguesa, mas ainda uma figura de realce mundial, por pouco que um eco dos seus contos tão belos, tão comoventes, de um tão limpo e ácido lirismo, chegue aos aerópagos da literatura contemporânea".

"O que se passou então, agora, de especial com Luandino Vieira?", indagar-se-á Manuel Ferreira. O escritor de "Hora di Bai" não esperará que lhe respondam: "Uma descoberta sensacional: expressão do seu universo novelístico através de uma nova linguagem. Isto, e uma capacidade paíxões. Pela sua invulgar capacidade de remanejar a língua. Pelos ideais que defendia.

Tarrafal não foi a primeira prisão. Já antes conhecera a de S. Paulo de Luanda. Em Cabo Verde terá como companheiros Uanhega Xitu, pseudónimo de Mendes de Carvalho, António Jacinto, Arnaldo Santos, entre outros, todos eles nomes importantes da literatura angolana.

O Prémio da Novelistica atribuído pela SPE não chegou a ser entregue. A cerimónia esteve apazada para 20 de Maio. Nesse mesmo dia um telegrama da ANI, de Londres, segundo o "Diário de Notícias", informava: "Círculos da oposição portuguesa declararam que um dos escritores distinguidos com os prémios anuais da Sociedade Portuguesa de Escritores estaria a cumprir uma pena de cadeia por actividades subversivas (...) um informador oficial declarou que Luandino Vieira (o escritor distinguido com o Prémio do Conto, pelo seu livro 'Luanda') era o pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça, que foi condenado a 22 de Junho de 1963, num tribunal de Luanda, a catorze anos de prisão, por crimes de terrorismo praticados na província de Angola, e

não por actividades subversivas".

Com este telegrama se inicia a montagem da gigantesca encenação político-repressiva que vai desenvolver-se, em todas as frentes, contra a atribuição do Prémio e da Sociedade Portuguesa de Escritores, denunciará Manuel Ferreira, num testemunho para o livro "José Luandino Vieira e a sua Obra" (ed. 70). A Imprensa, a Rádio e a Televisão participam neste "ataque cerrado, violentíssimo, despidorado, cheio de calúnias, de mentiras". José Mensurado, na RTP, junta José Redinha, Amândio César, Bessa Victor e Mário António, na condenação do premiado e do júri.

Os membros do júri são chamados a depor. Três deles chegam a ser presos: Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres e Manuel da Fonseca. Joaquim Paço d'Arcos, Luís Forjaz Trigueiros e Cunha Leão abandonam publicamente a SPE, apoiando o regime. A direcção da Sociedade, presidida por Jacinto do Prado Coelho, e composta por Joel Serrão, Orlando da Costa, Judite de Carvalho, Bernardo Santareno, Natália Nunes solidariza-se com a decisão do júri. A 21 de Maio, o Governo dissolve a SPE. Nesta mesma noite, a sua sede foi assaltada. A agência Lusitânia noticiou: "Todo o mobiliário foi completamente destruído. Portas e janelas danificadas. Candeieiros e molduras partidas. Máquinas de escrever e ficheiros inutilizados. Os prejuízos são elevadíssimos." As contas da sociedade saqueadas. O dinheiro destinado ao prémio congelado. ■

Obras de Luandino Vieira disponíveis, em Portugal, nas Ed. 70:

- "A Cidade e a Influência"
- "A Vida Verdadeira de Domingos Xavier"
- "Luanda"
- "Vidas Novas"
- "Velhas Estórias"
- "No Antiquamente, na Vida"
- "Nós, os do Makulueu"
- "Macandumba"
- "João Vêncio: os Seus Amores"
- "Laurentino, Dona Antónia de Sousa & Eu"

Oficial argentino assassinado em Luanda

PÚBLICO, 17.5.95

UM OFICIAL argentino da policia da Unavem III, forças da ONU em serviço em Angola, foi assassinado, segunda-feira, por volta das 20h, em Luanda, quando esperava por um camarada de armas que tinha ido visitar uma amiga angolana. O oficial morto aguardava pelo amigo numa carrinha Nissan de caixa aberta com a matrícula UN (United Nations — Nações Unidas), à porta de um prédio da conhecida Avenida do Brasil.

O autor do crime, de aparência jovem, terá agido motivado por ciúmes, uma vez que não houve roubo nem de dinheiro nem do veículo do oficial assassinado. Segundo uma testemunha, depois de consumado o crime, o assassino, que aguardava no local há algumas horas, fugiu numa carrinha Nissan vermelha acompanhado por dois cúmplices. As duas jovens que terão mantido contacto com o amigo do oficial morto, foram ontem detidas para

averiguações, enquanto o assassino continua desaparecido.

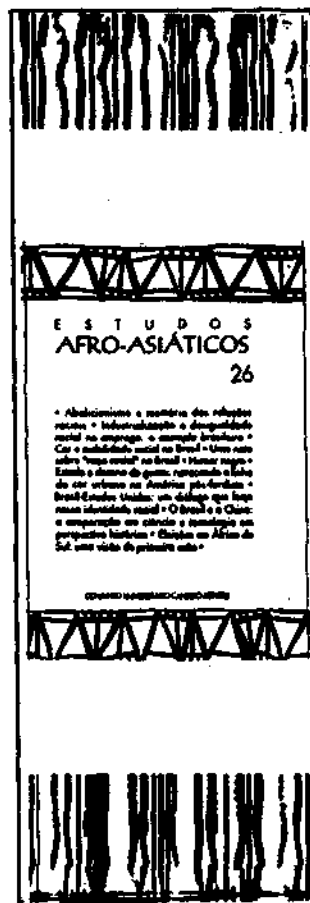
Nem o Governo nem a chefia da policia angolana tinham, até ao fim da tarde de ontem, comentado o sucedido. O PÚBLICO soube, no entanto, que o mediador da ONU, Alioune Blondin Beye, que ontem se deslocou ao Bailundo para contactos com a direcção da UNTA, falou com eles sobre o incidente. Em Luanda, o assassinio causou mal-estar, quer entre a "troika" de observadores, quer ao nível das representações diplomáticas aqui acreditadas, uma vez que se sabe da existência de muitos milhares de armas fora do controlo do Exército e da Polícia angolanas.

Apesar disso, Beye, a cuja escolta pessoal pertenceria o oficial assassinado, mantém a decisão de se deslocar hoje para Lobito, que dista 600 quilómetros de Luanda, onde decorrerá a quinta reunião ordinária da comissão conjunta. Com este

gesto, o representante do secretário-geral da ONU pretende pressionar a abertura das vias de comunicação em todo o país, bem como a sua desminagem, para que os cerca de 1000 soldados das Nações Unidas já presentes em Angola se possam movimentar sem problemas.

A prioridade será dada às vias que pertencem de Luanda para o Malange, para o Uije e para Benguela e da que parte desta última cidade para o Huambo. Esta questão também terá sido ontem discutida por Beye no Bailundo, e a direcção da UNTA a ter-lhe-á dado garantias de que as suas forças colaborarão na tarefa. Cerca de 40 jornalistas acompanharão Beye na sua viagem para o Lobito, bem como um grande número de camionistas. Estes foram, no entanto, aconselhados a viajar em grupos de cinco, e não de noite. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda



Mandela recebe Savimbi na Cidade do Cabo

Mais vale tarde que nunca

PÚBLICO, 18.5.95

DEPOIS de um ano de desencontros, o líder da UNITA e o Presidente sul-africano encontraram-se ontem finalmente, na África do Sul, com Jonas Savimbi disposto a passar por cima dos azedumes do passado e Nelson Mandela a dizer que a paz em Angola depende da presença do seu convidado no Governo angolano.

Foi ontem, na Cidade do Cabo, a meio da tarde, quase um ano depois de o representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, ter sugerido, em Junho de 1994, que Mandela jogasse o seu enorme prestígio político e recebesse Savimbi, dando assim um empurrão ao processo de paz angolano.

"Vimos aqui de mentes abertas, expressas perspectivas e ansiedades", disse Savimbi. "Acima de tudo quero assegurar ao Presidente da África do Sul que não vimos aqui encontrar tão grande filho de África para dizer mentiras", acrescentou.

Interrogado sobre se a sua integração num futuro governo de unidade nacional está prevista na acta da cimeira do passado dia 6, em Lusaca, o líder da UNITA respondeu que "sim".

Depois de mútuas expressões de simpatia — Savimbi a dizer que estava ali para aprender como os sul-

africanos resolveram os seus problemas e Mandela a mostrar-se disposto a não esconder como é que foi — os dois líderes entraram para a sala do encontro, no Palácio Presidencial de Tuynhuys, eram 15h30 (mesma hora em Lisboa).

A conclusão da reunião tornara-se entretanto óbvia: "Qualquer acordo que não se reflita na estrutura do Governo não pode trazer a paz" a Angola, dissera Nelson Mandela, minutos antes, sublinhando o que já afirmara de manhã à agência Lusa: "Parece-me que não haverá paz se ele [Savimbi] não for membro do Governo".

Mas Mandela, que se referiu aos "grandes progressos" feitos pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e por Savimbi na cimeira de Lusaca, indicou que durante a reunião iria também ser analisada a questão da "Executive Outcomes", a empresa sul-africana de segurança que treina desde há um ano as Forças Armadas de Angola e que a UNITA acusa de mercenarismo.

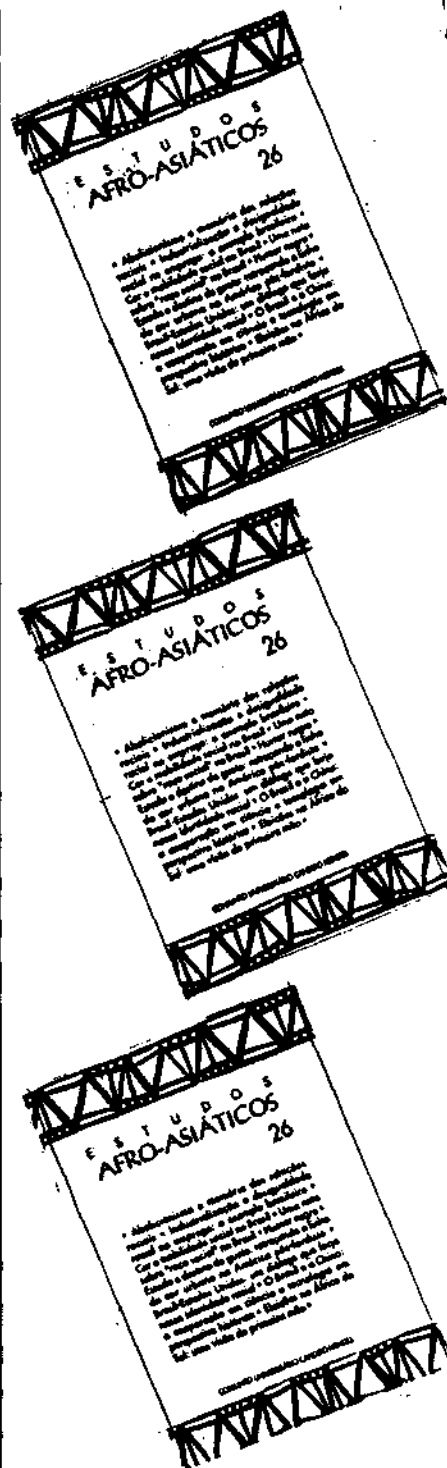
A visita de Savimbi à África do Sul foi precedida, terça-feira, de uma conversa telefónica entre o líder da UNITA, no Bailundo, e o Presidente angolano, em Luanda, durante a qual José

Eduardo dos Santos foi informado, e deu o seu acordo, à deslocação, pedindo apenas ao seu interlocutor que não se demorasse.

"Você tem de voltar porque nós temos os nossos próprios problemas", disse José Eduardo dos Santos, durante o diálogo que decorreu, segundo Savimbi, numa atmosfera "muito boa".

Para a história, segundo a Lusa, ficou entretanto a explicação de Savimbi sobre o recente desencontro de Lusaca: "Cheguei a Lusaca antes do Presidente porque este queria saber que eu lá estava primeiro. Ambos estamos sob grande pressão da nossa própria gente. Existe muita pressão para que paremos a guerra e comecemos a falar. Isso empurrou-nos para conseguir a solução final".

É sobre o seu lugar na hierarquia angolana: "Perguntei a Eduardo dos Santos em que capacidade é que poderei servi-lo. Essa capacidade está agora a ser discutida. Nós fizemos a guerra, mas também concordamos agora que não será através da guerra que atingiremos os nossos objectivos. É por isso que vamos servir em qualquer capacidade. Nós sentimos, o Governo de Angola sente e o povo de Angola sente que nós vamos ser úteis." ■



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.